

REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA E *COMPANY TOWN* NA AMAZÔNIA: O projeto Albras-Alunorte e sua cidade¹

Luciano Albuquerque da ROCHA²

Resumo: Utilizando-se como exemplo o projeto minero-metalúrgico de produção de alumínio e alumina Albras-Alunorte, bem como sua *company town*, este ensaio visa demonstrar como processos que ocorreram no passado repercutem no presente e em escalas espaciais diferenciadas. Dessa forma, este texto apresenta uma breve discussão a cerca da relação espaço-tempo e como o significado destas categorias estão em constante movimento, principalmente a partir das inovações tecnológicas. Contudo, a reestruturação econômica que assistimos a partir da década de 1960 não é resultado apenas do desenvolvimento tecnológico, mas também da própria crise do Estado fordista-keynesiano, momento da nova inserção do Brasil na economia mundial e da ocupação recente da Amazônia através dos grandes projetos de exploração mineral, que utilizam núcleos urbanos planejados como base logística de suas operações.

Palavras-chave: Albras-Alunorte; *company town*; Estado fordista-keynesiano; Amazônia

Resumen: Se utilizando como ejemplo el proyecto minero-metalurgista de la producción de aluminio y alúmina Albras-Alunorte, tan bien como suya *company town*, este ensayo dirige en la puntería demostrar como los procesos en el pasado repercuten en las escalas espaciales diferenciadas. Aún, el texto apresenta una breve discusión a cerca de la relación espacio-tiempo y como el sentido de las categorias estan en constante movimiento, principalmente a partir de las inovaciones tecnológicas. Todavía, la reestructuración económica

¹ Este ensaio faz parte da avaliação da disciplina: Urbanização e produção da cidade, desenvolvida no curso de Mestrado da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente e ministrada pela Profª. Drª. Maria Encarnação Sposito.

² Mestrando do Curso de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP de Presidente Prudente.

que asistimos a partir de la década de 1960 no es resulta únicamente de lo desarrollo tecnológico, pero también de la própria crisis de lo Estado fordista-keynesiano, momento de la nueva inserción de lo Brasil en la economía mundial y de la ocupación reciente en la Amazônia vía de los grandes proyectos de la exploración mineral, que utilizan núcleos planeados como de la base logística de suyas operaciones.

Palabras-clave: Albras-Alunorte; *company town*; Estado fordista-keynesiano; Amazônia.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa demonstrar como processos que ocorrem em tempos pretéritos tem suas repercussões no presente e nas mais diversas escalas espaciais, sejam elas mundial regional ou local. Para isso, será utilizado como exemplo o projeto Albras-Alunorte e sua cidade.

Na primeira fase deste ensaio, são feitas algumas considerações sobre o debate acerca da relação espaço-tempo e a importância de saber trabalhar estas categorias, para a realização de uma análise mais completa da realidade. Busca-se evidenciar que a realidade social vem sofrendo acelerada transformação devido às ações de apropriação do espaço e do tempo pelo capital.

A segunda parte trata das transformações do capital e do Estado fordista-keynesiano sob a ótica da Escola da Regulação, destacando-se as contribuições de Lipietz (1991) e Harvey (2000) sobre algumas questões que levarão o capital a se reestruturar, resultando no surgimento de um modelo mais flexível de produção e na crise do estado.

A terceira parte deste trabalho aborda algumas questões acerca das estratégias adotadas pelo Brasil, no intuito de promover sua industrialização, destacando a criação de projetos minero-metalúrgicos direcionados à Amazônia. Na etapa seguinte, com o objetivo de melhor visualizar a criação de projetos de produção

mineral, faz-se uma breve análise da reestruturação da indústria do alumínio e da instalação do projeto Albras-Alunorte.

Na quinta parte será realizada análise de como a *company town* de Vila dos Cabanos é utilizada como base logística de dominação social dos empregados do projeto Albras-Alunorte, com ênfase na comparação entre o que foi planejado e o que realmente foi executado no processo de construção da Vila.

2. ESPAÇO-TEMPO COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE

Ponto fundamental para a análise da realidade é o caráter indissociável entre tempo e espaço. Estas categorias, assim, devem ser consideradas como um todo relacional, isto é, para que não venham a ser encaradas como absolutas, estanques ou imutáveis elas devem abranger dimensões e escalas múltiplas, evitando, dessa forma, que o espaço venha expressar apenas uma delimitação física e o tempo, como expressão simples da ordem cronológica dos fatos.

Dentro dessa perspectiva, reconhecemos que tempo e espaço são categorias concomitantemente objetivas e subjetivas, uma vez que sociedades ou grupos possuem concepções de tempo e espaço diferentes. Nesse sentido, mesmo o caráter objetivo dessas categorias apresenta diversas qualidades que são construídas através de práticas e processos da vida social, variáveis geográfica e historicamente.

Destaca-se, então, que tanto o tempo social como o espaço social se constroem e se desenvolvem de acordo com os distintos modos de produção ou ordens (social, econômica, política, cultural) existentes. No caso do modo de produção capitalista, como as práticas e processos materiais de reprodução social estão em constante movimento, as qualidades e significados, o tempo e o espaço também se encontram em transformação. Acrescenta-se, ainda, que se o avanço do conhecimento técnico, científico, organizacional, burocrático é de suma importância para o desenvolvimento da produção e do consumo capitalista, a dinamicidade de nosso instrumental conceitual (inclusive representações do tempo e do espaço) pode ter conseqüências

materiais (e sociais) para a organização cotidiana da vida (HARVEY, 2000).

Ao tratarmos a questão espaço-tempo em termos de presença e ausência, verificar-se-a que estas categorias, ao serem apropriadas pelo capital, acabarão por se apresentar de maneira uniforme. Se anteriormente aos avanços científico-tecnológicos que possibilitaram o deslocamento de grandes blocos de informação, energia e produtos, comprimindo tempo e espaço, as dimensões espaciais da vida social eram, para a maior parte da população, determinadas pela presença de atividades e agentes de controle localizados, com a modernização dos instrumentos de comunicação e transportes, há o fomento de relações entre outros "ausentes", sem o contato que lhes permita estar frente a frente. Assim, tem-se o lugar cada vez mais (re)organizado por agentes distantes e as formas presentes nele servem para ocultar as relações que determinam sua natureza (GIDDENS, 1991).

3. REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA E CRISE DO ESTADO FORDISTA-KEYNESIANO

A reestruturação econômica que assistimos a partir da década de 1960 e início de 1970 é resultado não somente das inovações tecnológicas do período técnico-científico-informacional, mas da crise do modelo de desenvolvimentos originário no início do século passado, isto é, o modelo fordista-keynesiano, que se afirma a partir de 1930.

A breve análise do modelo fordista-keynesiano que pretendemos realizar, para dar suporte à compreensão das transformações econômicas-mundiais e seus reflexos nas escalas nacional, regional e local, seguirá as bases teóricas e os conceitos da denominada Escola da Regulação¹, da qual Alain Lipietz se constitui em um dos maiores nomes.

Silva afirma que Michael Storper, com base na Escola da Regulação, tem como verdade que no aspecto econômico, a produção capitalista vai adquirindo configurações tecnológicas e institucionais ao longo do tempo. Nesse sentido, cada modelo de produção é

resultado das configurações historicamente produzidas, compreendendo as técnicas de produção, a organização e os tipos de gestão do trabalho; dependendo também da tecnologia e dos mercados disponíveis no momento (STORPER *apud* SILVA, 1998, p.16).

A configuração assumida pelo capitalismo no que tange ao modelo de organização do trabalho assumiu as seguintes características: crescente mecanização, racionalização e rotinização do movimento do trabalhador, operação da produção em linha de montagem, produção em larga escala de produtos padronizados, etc. Todavia, a relação entre patrões e operários se dava de maneira bastante conflituosa, o que até as primeiras três décadas do século passado se manifestou através da resistência dos operários ao novo modelo de organização da produção e do trabalho, chamado por alguns teóricos franceses de fordismo.

Essa situação só começa a mudar a partir da crise de superprodução de 1929, que gera a necessidade de capitalistas e Estado unirem esforços para construir um conjunto de estratégias políticas, econômicas e sociais que evitassem as irracionalidades produzidas pelo próprio capitalismo e sua incapacidade de regular suas condições de produção, ou seja, superar a falta de demanda efetiva (LIPIETZ; HARVEY; 1991, 2000).

Assim, o modelo fordista requisita um novo modo de regulação² estatal, baseado no receituário keynesiano, que propicia uma grande expansão durante o pós-guerra. Dessa forma, o Estado passa a assumir novos e importantes papéis e criar instituições dotadas de poder para evitar levantes dos trabalhadores; o capital, passa a reavaliar suas ações para garantir uma lucratividade mais segura; e o trabalho organizado passa a rever suas posições no que concerne ao seu desempenho no mercado e nos processos de produção. Sobre essas questões, Harvey afirma que:

O Estado [...] assumia uma variedade de obrigações. Na medida em que a produção de massa, que envolvia pesados investimentos em capital fixo, requeria condições de demanda relativamente estáveis para ser lucrativa, o Estado se esforçava

para controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período pós-guerra. Essas políticas eram dirigidas para áreas de investimentos públicos – em setores como o transporte, os equipamentos públicos etc. – vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também garantiam um emprego relativamente pleno. Os governos também buscavam fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação etc. Além disso, o poder estatal era exercido direta ou indiretamente sobre acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção. (HARVEY, 2000, p. 129)

Apesar dessas transformações do Estado e das corporações, podemos afirmar que elas representaram muito mais uma conquista do operariado que concessões dessas instituições para “fazer funcionar” o fordismo. Mesmo que no fim, tais transformações venham a atender principalmente o capitalismo, pois o fordismo estava baseado em um sistema de produção em massa e num consumo também em massa.

Entretanto, nem todos gozaram dos benefícios do fordismo. A partir de 1960, o fordismo-keynesianismo já começava a dar sinais de esgotamento devido a várias razões, entre elas estão os crescentes avanços das economias européia e japonesa que já haviam se recuperado da II Guerra Mundial e requisitavam cada vez mais mercados e as contradições do próprio fordismo.

A crescente concorrência “interpaises”, a saturação do mercado devido à padronização dos produtos, a desaceleração do mercado de trabalho e o aumento da resistência sindical nos países desenvolvidos, provocou uma grave crise que se caracterizava por ser ao mesmo tempo de produtividade e lucratividade. Produtividade, porque com a concorrência os custos se tornavam mais caros; lucratividade, porque Estado e empresas cada vez mais tentavam assegurar os benefícios dos operários como forma de garantir o consumo e assim ultrapassar as dificuldades que vinham enfrentando.

Segundo Lipietz (1991), a diminuição da capacidade de consumo do operário gerada pela quase estagnação dos aumentos de

salário real pressionava os mercados. Como os lucros estavam diminuindo, os investimentos também se comportavam da mesma maneira e, quando ocorriam, também significavam o aumento do desemprego pela substituição do trabalho humano por capital fixo. Por algum tempo, a lógica do modo de regulação fordista baseada no pleno emprego, conseguiu impedir a crise de demanda; todavia, os custos para a manutenção dessa política se tornaram insustentáveis, visto que ela era sustentada pelos impostos arrecadados. Assim, através dos ataques ao Estado-previdência, o compromisso fordista passa a ter seus pilares contestados.

Somou-se a isso os choques do petróleo de 1972/73, que consistiu em abruptos aumentos do preço deste produto pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), juntamente com a decisão árabe de embargar as exportações do petróleo para o Ocidente durante a guerra dos países árabe-israelense de 1973. Tais eventos tiveram como consequência tanto a elevação dos custos da produção de energia, como uma reestruturação baseada na aceleração do giro de capital e na obtenção de novos mercados, implicando, assim, em racionalização, transformação e intensificação do controle sobre os trabalhadores (HARVEY, 2000).

Uma das estratégias adotadas para a superação do choque do petróleo e da própria crise fordista-keynesiana, foi a transferência do potencial produtivo dos países desenvolvidos para os não desenvolvidos, onde foram encontradas condições mais favoráveis de produção, a saber: mercado pouco exigente, incentivos fiscais e creditícios, mão-de-obra abundante e barata, energia e matéria-prima nas mesmas condições que a mão-de-obra, leis ambientais inoperantes etc. É nesse momento também, que muitos países passam a se industrializar às custas de empréstimos obtidos dos países desenvolvidos, o que evidencia a transferência dos custos da crise do petróleo dos países desenvolvidos para os não desenvolvidos.

Estas questões vão servir como motor da reestruturação capitalista e do reajuste sócio-político, que dará origem a um novo modelo de acumulação, sustentado por um modo de regulação mais flexível e que apresenta as seguintes características:

[...] se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve [...] também um novo movimento que chamarei de "compressão espaço-tempo" [...] no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privadas e públicas se estreitam, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transportes possibilitam cada vez mais a difusão imediata de decisões num espaço cada vez mais variegado. (HARVEY, 2000, p. 140)

A acumulação flexível trouxe, entre suas várias conseqüências, uma redefinição da forma de produzir das empresas e do mercado de trabalho. Além da transferência espacial, as empresas passam a se dedicar ao atendimento das necessidades específicas de cada setor ou empreendimento, visto que a volatilidade do mercado tem exigido rápidas transformações tanto no que diz respeito ao fornecimento de matéria-prima, como no que se refere ao produto final; assim, não é mais interessante o armazenamento de produtos. Isso se deve em grande medida ao fato deste novo modelo de acumulação trazer consigo uma impressionante carga de consumismo e que resulta de alterações na cultura, isto é, passa-se mais e mais a valorizar o modismo – que envolve conceitos como transformação e modernidade – e se começa não somente a criar, mas aperfeiçoar os mecanismos de indução de necessidades, como, segundo Santos (2000), fazem as empresas hegemônicas que passam a inverter a ordem do consumo, isto é, criam primeiro o consumo e depois os produtos, sendo isso possível graças aos impérios da informação e da publicidade.

Paralelamente, o mercado de trabalho apresentou transformações importantes como, por exemplo, o aumento do número de desempregados, a perda do poder dos sindicatos, o aumento da economia informal, a imposição de regimes e contratos

de trabalhos mais flexíveis como a terceirização etc. É em meio a essa conjuntura que muitos países, como o Brasil, vão iniciar seu processo de industrialização baseado na substituição das importações.

4. O DESENVOLVIMENTISMO NACIONAL E A OCUPAÇÃO RECENTE DA AMAZÔNIA ATRAVÉS DOS GRANDES PROJETOS

Enquanto os países capitalistas desenvolvidos vivenciavam o apogeu do fordismo-keynesianismo, vários países não desenvolvidos, entre eles o Brasil, ensaiavam um grande salto para frente no que tange ao seu desenvolvimento industrial, sendo que o faziam seguindo os padrões de uma modernização conservadora nos moldes do que Lipietz (1991) chama de fordismo periférico. No Brasil, o desenvolvimento industrial teve como principal agente o próprio Estado nacional, que organizava o setor produtivo através do planejamento centralizado e de políticas públicas de substituição de importações, iniciadas desde de 1950, tendo como base a formação de um tripé entre capital estatal, capital privado nacional e estrangeiro.

O desenvolvimento industrial brasileiro, em grande parte, somente foi possibilitado, da maneira como ocorreu, devido à intensa transnacionalização do capital que redefiniu as barreiras espaciais e temporais, criando a maior mobilização do capital internacional. A intensa disponibilidade de crédito internacional que o Brasil obteve para financiar parte substancial de seu parque industrial se origina de dois movimentos paralelos, a saber: o primeiro encontra-se vinculado à incapacidade dos países capitalistas desenvolvidos manterem a valorização do capital no interior do espaço econômico nacional diante da integração do sistema financeiro; o segundo atrela-se aos interesses de multinacionais e organizações multilaterais (FMI, BIRD, BID ONU), principalmente sob a ingerência dos Estados Unidos, embutidos nas campanhas de "ajuda" aos países não desenvolvidos.

Segundo Lacoste (1985), a “ajuda” concedida aos países não desenvolvidos sobre a forma de planos de ajuste econômico-sociais e empréstimos, permitia que eles adquirissem material ou obras de engenharia civil de empresas ou países desenvolvidos, incitando os primeiros a aumentar sua dívida externa ao mesmo tempo em que eram agravadas as condições de vida da maioria da população, uma vez que tais ajustes, na realidade, não passavam de estratégias de dominação econômica e política utilizadas para obterem maiores lucros.

O desenvolvimento desigual do sistema capitalista, a concentração tecnológica e financeira nas economias centrais, aliada a grande mobilidade do capital internacional impulsionaram um novo comportamento das economias subdesenvolvidas. Elas foram obrigadas a:

[...] concorrer para atrair investimentos produtivos, para preservar a estabilidade da moeda e para defender o emprego industrial, os Estados nacionais desencadearam uma corrida para transformar o espaço econômico ao qual se vinculam em base estratégica da concorrência intercapitalista em escala mundial. Daí o incessante esforço para aumentar a produtividade da força de trabalho, melhorar a qualidade da infra-estrutura econômica e ampliar a dimensão dos seus respectivos espaços econômicos. (SAMPAIO JR, 1999, p. 21)

Dentro desta conjuntura, visualiza-se o processo de industrialização concentrada do centro-sul do Brasil o qual, entre outras coisas, gera duas necessidades para que o mesmo pudesse continuar a se sustentar, isto é, a expansão do mercado consumidor e a descoberta e exploração de novas fontes fornecedoras de matérias-primas. Dessa forma, são incorporadas ao capital algumas regiões para a satisfação dessas necessidades, como por exemplo, a Amazônia, concebida por Becker (1982) como “fronteira de recursos”. Torna-se importante destacar que o termo fronteira não é unívoco e possui, assim, múltiplas dimensões que estão relacionadas entre si, isto é, a fronteira apresenta-se como social, política, cultural, espacial e territorial.

Evidencia-se, dessa forma, que a fronteira por apresentar um caráter totalizante e interligado, a sua dimensão econômica não pode ser desvinculada do seu aspecto urbano, pois este é condição para o desenvolvimento das atividades capitalistas contemporâneas na região amazônica visto que, a fronteira é “a base logística para o projeto de rápida ocupação da região, acompanhando e mesmo se antecipando a ocupação da região. Trata-se de uma feição original da fronteira contemporânea. A urbanização não é aí uma consequência da expansão agrícola: a fronteira já nasce urbana” (BECKER, 1997, p. 44).

Com o fito de melhor se inserir, apropriar e controlar a Amazônia, o Estado criou estratégias que tinham como fundamento o controle técnico, político, econômico e social sobre o espaço pré-existente. Essas estratégias tinham como instrumentos de viabilização a construção de redes de integração espacial (rede rodoviária, rede de telecomunicação, rede urbana e rede hidroelétrica), controle de territórios federais que foram sobrepostos aos estaduais, subsídios ao capital que estava se inserindo e a formação de bacia de mão-de-obra que viria a trabalhar nos grandes projetos.

A partir de meados de 1960, início de 1970, os avanços tecnológicos e as descobertas de jazidas minerais na Amazônia, impulsionaram de maneira mais intensa as frentes minero-metalúrgicas que contavam com incentivos fiscais e creditícios do Estado. Essas novas frentes, além de favorecer a ocupação da Amazônia e sua integração ao Centro-Sul do País, contribuíram para inserir a região na economia mundial através da produção de produtos industrializados e de matérias-primas. Concomitantemente a esse processo, o Estado passa a subsidiar através do fomento de políticas fiscais e de créditos a implantação de empresas agropecuárias ligadas às firmas nacionais ou estrangeiras para, também, promover a rápida ocupação da região, bem como continua incentivando a fluxo de mão-de-obra de outras regiões para a Amazônia, principalmente nordestinos, e assim, formar as bacias de

mão-de-obra disponíveis para as obras de infra-estrutura (BECKER, 1997).

A formação da bacia de força de trabalho na Amazônia apresentou características próprias, ou seja, não seguiu o modelo clássico de proletarização total e sim o modelo de mobilidade de trabalho apoiado na urbanização. Dessa forma, o mercado de trabalho regional era composto por trabalhadores assalariados migrantes (temporários ou permanentes) e pequenos produtores que abasteciam os núcleos urbanos. O Estado, através de políticas de terras e de créditos seletivos, regulava o grau de fixação do pequeno produtor migrante, isto é, apenas uma parcela desses produtores conseguia financiamento para suas atividades, enquanto que, grande parte dos mesmos era (ainda é) expropriada pelos mecanismos burocráticos e creditícios (BECKER, 1988).

Assim, muitos desses produtores precisavam realizar atividades rurais e urbanas diversas, evidenciando a presença do caráter polivalente dos trabalhadores móveis. Dessa forma, fica evidente que os núcleos urbanos criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – rurópolis, agrópolis e agrovilas – tinham o papel original de organizar a força de trabalho que constantemente imigrava para a região.

É necessário ainda destacar que grande parte do fluxo migratório que a Amazônia atraiu estava interessada em trabalhar nos grandes projetos. Entretanto, como esses migrantes tinham pouca ou nenhuma qualificação, acabavam por desempenhar atividades ligadas às obras de construção civil e, portanto, terminada a fase de implantação desses projetos, o trabalhador era forçado a realizar tarefas ligadas à economia informal.

Analisando a conjuntura na qual foi viabilizada a ocupação recente da Amazônia, podemos perceber de maneira mais nítida a estratégia desenvolvimentista voltada para no crescimento econômico do País, a partir da implantação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). O objetivo desta estratégia era incrementar a geração de energia e também a indústria de equipamentos, para que, assim, o Brasil reduzisse as importações e

aumentasse as exportações, tornando positivo o saldo de sua balança comercial (LÓBO, 1996).

Contudo, o Estado, para efetivar suas políticas desenvolvimentistas através do II PND, contribuiu para o aumento da dívida externa, o que resultou na maior pressão do FMI (Fundo Monetário Internacional) para a quitação da dívida e o fim do II PND, em 1976. Acrescenta-se, porém, que no período de 1979 a 1984 um novo PND é editado, ou seja, é criado o III PND que acirra os vínculos entre o Estado e o capital privado, mas não consegue se manter nos moldes do anterior, constituindo-se, assim, muito mais um plano de diretrizes do que um plano de desenvolvimento (CHAGAS, 1999).

Sob a égide do III PND, é criado através do decreto Lei n.º 1.813, de 24 de novembro de 1980, o Programa Grande Carajás (PGC)³, localizado na Amazônia Oriental, numa área equivalente a 10% do território nacional (aproximadamente 840.000 Km²). Este programa envolveu terras dos Estados do Pará, Maranhão e norte de Goiás, atual Estado do Tocantins (BENATTI, 1997).

O Estado, para justificar os volumosos incentivos fiscais, empréstimos no exterior e concessões para o PGC, afirmava que o objetivo desse programa era “estimular o desenvolvimento regional e a melhoria da qualidade de vida das populações abrangidas pelo projeto” (BENATTI, 1997, p. 80). Verifica-se, assim, a tentativa do Estado através desse discurso, de legitimar o PGC perante a população atingida. No nosso entender, deu um salto para trás – ao contrário do que pretendia – no que se refere ao desenvolvimento econômico brasileiro, visto que a exploração dos recursos minerais na Amazônia consistiu apenas em uma produção primária, isto é, a essa produção não seria agregado valor, a matéria-prima extraída não seria beneficiada. À Amazônia restaria, assim, os buracos de exploração mineral, as terras alagadas pelas usinas hidrelétricas que sustentam os projetos minerais, os conflitos sociais oriundos da reestruturação sócio-espacial e, ao Brasil, o aumento da dívida externa.

Ao se instalarem, os grandes projetos acabam por gerar uma reestruturação sócio-espacial nunca visto antes na região, uma vez que esses objetos se apropriam do espaço para atender seus objetivos. A análise que Lefebvre (1991, p. 8-9) faz sobre as conseqüências da instalação de indústrias dentro ou nas proximidades de uma cidade antiga é válida também para a Amazônia, visto que nessa região também “[...] a indústria toma de assalto. Apodera-se da rede remaneja-a segundo suas necessidades. Ela ataca também a cidade (cada cidade), assalta-a, toma-a, assola-a. Tende a romper os antigos núcleos, apoderando-se deles”. As manifestações dessa apropriação podem ser percebidas através da alteração da rede urbana que deixa de ser dendrítica⁴ e passa a ser complexa; do deslocamento do eixo de circulação dos rios para as rodovias, provocando a retração de centros tradicionais, bem como a concentração nas capitais estaduais; do surgimento de novos núcleos urbanos e revigoração de outros (Marabá-PA, Altamira-PA e Itaituba-PA, todas servidas pela rodovia Transamazônica); do aparecimento de franjas urbanas avançadas, como Becker (1997) define as cidades planejadas; ou *company towns* (cidade-empresa), como bem define Piquet (1998) etc.

Essas transformações são ainda mais intensas, nas áreas de influência dos grandes projetos mineiro-metalúrgicos, pois nessas as solidariedades orgânicas (padrões sociais, culturais, econômicos e políticos locais que regem a vida local), são substituídas por solidariedades organizacionais (resultado do domínio das relações de mercado que não tem fins sociais e morais), ou seja, como afirma Santos (1996), a região passa a ser muito mais o lugar do fazer do que do mandar, pois é organizada segundo as lógicas que vem de fora.

Procurando evidenciar melhor as transformações causadas por esses empreendimentos, passaremos a tecer algumas considerações sobre o projeto Albras-Alunorte e seu núcleo urbano planejado, ambos localizados no município de Barcarena-PA.

5. REESTRUTURAÇÃO DA INDÚSTRIA DO ALUMÍNIO

Com o término da Segunda Guerra Mundial, verifica-se o início de profundas transformações econômicas e espaciais em escala mundial, visualizadas na formação de uma nova Divisão Internacional do Trabalho e sua correspondente espacial, isto é, a Divisão Espacial do Trabalho; ambas ganhando maior importância no final da década de 1960. O avanço técnico científico aplicado às redes de transportes, telecomunicações, energéticas, entre outras, proporciona condições para que haja uma reorganização econômica e espacial mundial, tendo na disseminação das empresas multinacionais os principais agentes dessa nova organização.

Entre as características dessa nova organização está o deslocamento das empresas multinacionais, com sede nos países capitalistas desenvolvidos, para os países não desenvolvidos que ofereçam o que Rio (1996, p. 830-831) denomina de "vantagens comparativas" (matéria-prima, mão-de-obra e energia baratas) e "vantagens construídas" (infra-estrutura, incentivos fiscais e creditícias).

Esse deslocamento das empresas não pode ser encarado como um processo de desindustrialização, uma vez que há apenas uma transferência das unidades produtivas, enquanto os centros de pesquisa, ciência, tecnológicos e financeiros permanecem nos seus locais de origem, juntamente com os estágios de maior valor agregado, ou seja, nos países desenvolvidos.

Apesar das importantes contribuições de Rio (1996) sobre o deslocamento das empresas para países não desenvolvidos, quando vistas de maneira isolada, elas se tornam insuficientes para explicar tal movimento e a continuidade de investimentos dos países desenvolvidos em países não desenvolvidos. Visando superar essa questão, Michalet *apud* Lôbo (1996) acrescenta que o principal motivo das empresas multinacionais investirem nos países não desenvolvidos decorre da lei da queda tendencial da taxa de lucro. Podemos observar a ocorrência dessa lei através da superacumulação, uma vez que é produzido um lucro adicional que

não consegue se valorizar (superacumulação absoluta) ou se valoriza com taxa inferior a média (superacumulação relativa). Dessa forma, a empresa possui apenas duas saídas: ou aumenta sua participação na massa total do lucro ou procura investimentos que lhe possibilite maior taxa de lucro.

É nessa conjuntura mundial de reestruturação produtiva que a indústria do alumínio primário se encontra. Durante a década de 1970 o mundo vivenciou duas das maiores crises, a dos choques do petróleo (1972-73 e 1970-80), que acabaram por elevar os custos de produção de energia elétrica, item fundamental para a produção do metal mais eletrointensivo que conhecemos.

Antes das crises de 72 e 79, podemos observar a estrutura altamente cartelizada da indústria do alumínio primário. O cartel das "seis irmãs"⁵, como eram conhecidas as seis maiores indústrias do alumínio primário do globo, controlava as etapas inferiores da cadeia produtivas (bauxita e alumina), portanto: produção, distribuição e preços. Se já era grande a localização das unidades produtivas de alumínio nos países periféricos, com os choques do petróleo há uma nova geografia das indústrias do metal com vistas a obterem energia elétrica barata e, assim, reduzirem os custos de produção do alumínio primário (TARCITANO NETO, 1995).

Dentre os países que mais sofreram com o aumento vertiginoso do preço do petróleo encontra-se o Japão, pois sua indústria era totalmente dependente do petróleo importando como insumo energético. Conseqüentemente, o Japão foi obrigado a reduzir sua produção a uma quantidade insignificante no final dos anos 80.

Seguindo uma tendência mundial, o Japão, diante da incapacidade de produzir alumínio para sua indústria, passa através do *Ministry of International Trade and Industry* (MITI) a criar uma estratégia político-econômica global, principalmente através da formação de consórcios de todos os representantes da indústria de alumínio japonesa: produtores, transformadores e bancos privados. Essa ação do governo japonês consistia no incentivo a fontes

alternativas de alumínio primário em países abundantes em energia elétrica barata e reserva de bauxita, como o Brasil.

A formação de consórcio de produtores e transformadores não só nivela o custo do metal para todos, mas também serve para impedir a competição entre eles pela obtenção do lingote e, desse modo, fortalece a posição de negociação da indústria como um todo vis - vis [sic] receptores do seu investimento. Ademais, o incentivo ao desenvolvimento de vários projetos em diferentes países também foi usado para contrabalançá-los a fim de obter termos mais vantajosos de energia elétrica, asseguramento de parcelas desproporcionais de metal barato e a transferência do pesado ônus de implantação da infra-estrutura necessária à operação do projeto para o governo daqueles países. Essa estratégia de diversificação de investimentos também objetivou a criação de uma sobrecapacidade a fim de manter preços competitivos no mercado internacional e, particularmente, assegurar o pleno abastecimento de metal para a indústria de transformação japonesa, assim como a sua independência vis - - vis [sic] o cartel das seis irmãs norte - americanas e européias. (TARCITANO NETO, 1995, p. 77)

Analisando a reestruturação da indústria do alumínio, evidencia-se que esta se restringiu ao segmento do metal primário, não se estendendo ao de transformação que possui um alto valor agregado além, é claro, de ter se constituído fator de fundamental importância para a diminuição do poder das seis irmãs, uma vez que houve o aumento da participação dos grupos locais (privados ou estatais) no controle das indústrias.

Dentro dessa conjuntura, torna-se óbvio que quem mais se beneficia com a nova espacialidade da indústria do alumínio primário são as empresas multinacionais, isto é, as empresas que promovem a reestruturação são produtores integrados, ou seja, qualquer acidente que acarrete prejuízos no segmento de produção do metal primário, será seguido de um lucro no segmento de metal transformado (situado nos países centrais). Nessa relação, segundo Lôbo (1996), podemos observar duas vantagens pertencentes à parte privada do empreendimento, a saber: 1- os prejuízos que possam vir a ocorrer

serão “socializados” com a parte local (estatal); 2- é mais vantajoso obter lucros com o comércio, pois a mercadoria possui um maior valor agregado do que através da remessa de lucro das empresas produtoras de alumínio primário.

Sendo assim, o Brasil caminhou em direção contrária às necessidades do mercado internacional, ou seja, o país ao tomar empréstimos externos para equilibrar sua balança comercial e financiar grandes projetos industriais e de infra-estrutura, acabou por se endividar ainda mais, pois não houve o retorno esperado. Isso porque os investimentos foram destinados a setores que já apresentavam reduzido dinamismo no mercado internacional.

Entre as causas dessas políticas está o planejamento equivocado baseado na teoria dos pólos de desenvolvimento, de acordo com a qual, a implantação de grandes empreendimentos industriais em regiões ou países não desenvolvidos levaria os mesmos a um crescimento auto-sustentado. É dentro desse contexto que o projeto Albras-Alunorte é instalado.

6. O PROJETO ALBRAS-ALUNORTE E A UTILIZAÇÃO DA COMPANY TOWN COMO INSTRUMENTO DE DOMINAÇÃO SOCIAL

A análise da *company town* ou cidade-empresa não pode ser realizada sem levar em consideração os processos econômicos, políticos e sociais em andamento na sociedade em um determinado momento histórico. Como toda cidade, esta em especial, além de ser fragmentada, articulada, reflexo e condição para que os processos sociais existam, também é campo de conflitos uma vez que envolve interesses múltiplos entre o capital, a força de trabalho e o Estado, sendo este por vezes chamado a intervir como mediador destes conflitos (CORRÊA, 1995).

Segundo Lefebvre (1991), a indústria não pode desenvolver suas atividades sem a cidade, uma vez que nela são encontrados os meios de produção necessários a tais atividades e se constituem em locais de residência dos dirigentes políticos e econômicos, mão-de-

obra, mercado etc. Entretanto, pelas suas características, a maioria das cidades amazônicas não dispõe das condições para satisfazer todas as necessidades das indústrias que se instalam, restando a elas internalizar os meios de produção que serão utilizados no processo de realização de suas funções, inclusive seu próprio núcleo urbano.

Argumentando que as cidades existentes nas áreas próximas ao projeto minero-metalúrgico não conseguiriam atender em pouco tempo às condições ideais para atrair e/ou alojar os trabalhadores mais qualificados do projeto e oferecer vantagens locais e financeiras aos sócios japoneses, o governo brasileiro toma para si a responsabilidade e os custos da construção de uma cidade nos moldes de uma *company town*.

Localizado a 7 km da área destinada às fábricas, o núcleo urbano planejado teve sua construção, administração das obras e serviços de urbanização a cargo da CODEBAR (Companhia de Desenvolvimento de Barcarena), empresa pública federal criada por sugestão do Grupo Especial de Desenvolvimento Regional e Infra-Estrutura do Complexo Albras-Alunorte, através da Lei n.º 6665 de 03 de julho de 1979.

Para a construção do novo núcleo urbano foi necessário a elaboração de um plano urbanístico – o Plano Urbanístico de Barcarena - o PUB. A escolha do plano foi viabilizada através de concorrência pública realizada pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), vencida pelo escritório de consultoria “Arquitetos Joaquim Guedes & Associados”. No início o núcleo deveria se chamar Nova Barcarena, todavia, o governo brasileiro decide mudar para Vila dos Cabanos; denominando suas ruas e equipamentos urbanos com os nomes de personagens do movimento revolucionário da Cabanagem, tais como: Ruas Cônego Batista Campos, Eduardo Angelim, Cabana Clube, Escola Eduardo Angelim etc.

Ao proceder dessa forma, o governo brasileiro objetivava usar o núcleo como símbolo de mudança, isto é, o projeto como um todo (fábrica e núcleo) seria como a Cabanagem, um ponto de partida das transformações sociais, como nos diz Fontes (1996): o governo

brasileiro pretendia utilizar a história e estabelecer uma ligação impossível entre o projeto Albras-Alunorte e o desejo de mudanças sociais do movimento da Cabanagem

O Plano Urbanístico de Barcarena (PUB), como o de qualquer outro empreendimento desse porte, foi elaborado visando atender a plena satisfação das necessidades residenciais, comerciais e de serviços não apenas dos funcionários das fábricas Albras e Alunorte, mas também das prestadoras de serviços ao projeto, do porto de Vila do Conde e do Distrito Industrial que deveria ser instalado.

Todas essas questões são melhor percebidas em Vila dos Cabanos quando analisadas considerando dimensões sócio-espaciais que nos permitam entender as relações presentes na cidade, a saber: a prática espacial, a representação espacial e o espaço da representação. Estas são identificadas como espaço vivido, percebido e o imaginado (HARVEY, 2000).

As práticas espaciais são a materializações que ocorrem no espaço visando garantir a produção e a reprodução social, envolvendo assim os fluxos e as transferências, bem como os usos diferenciados do espaço. As representações do espaço correspondem às concepções mentais (códigos, signos e significados) que expressam conhecimentos que permitem falar sobre as práticas materiais e compreendê-las; estão ligadas principalmente ao planejamento e a gestão. No que tange ao espaço da representação, refere-se à prática cotidiana do sujeito que imagina novos sentidos e possibilidades para práticas espaciais; estas carregadas de simbologias, subjetividades e emoções (HARVEY; TRINDADE JR e CHAGAS, 2000, 2002).

Entendendo as dimensões tratadas acima, fica evidente a intensa integração entre as fábricas e a *company town*, entendida como o núcleo urbano planejado e o entorno. Assim, importa ressaltar que a estrutura urbana deste modelo de cidade reproduz no espaço a estrutura hierárquica funcional das empresas e, assim sendo, também salarial. Isto pode ser visualizado em Vila dos Cabanos nos distintos pontos através dos padrões residenciais, diferenciados para

alojar distintamente os funcionários conforme o cargo que ocupa ou seu estado civil, isto é, para os solteiros são destinadas moradias específicas, as HANS (Hotéis Alojamentos de Níveis Diferenciados). Ao lado disso, está o fato de Vila dos Cabanos se constituir em extensão das empresas, ou seja, a dominação dos empregados extrapola os limites das empresas e acaba se estendendo para o seu cotidiano. Analisando diversas *company towns*, Piquet (1998) observa que são as empresas que determinam as regras a serem cumpridas tanto no trabalho como fora dele, pois elas são as proprietárias das moradias e equipamentos urbanos presentes nos núcleos urbanos planejados.

Outra forma de controle encontrada na cidade-empresa é oriunda do convívio prolongado com um mesmo grupo de pessoa. Esse controle se dá tanto intergrupos, isto é, entre os diferentes estratos de uma comunidade, como intragrupos, ou seja, entre pessoas que fazem parte de um mesmo estrato social. Devido a isso, comportamentos que nos grandes centros passariam despercebidos, na *company town* eles adquirem grande visibilidade, comprometendo a privacidade e tornando as relações interpessoais mais superficiais (PIQUET, 1998).

O aspecto que se destaca em Vila dos Cabanos é a organização espacial, uma das mais modernas em termos de *company town*, isto é, neste núcleo urbano não é encontrada uma segregação tão evidente, mas ela existe. Isto se deve ao fato de seu plano urbanístico seguir a concepção de "cidade aberta". Segundo esta, teriam acesso à cidade aqueles que também não possuíssem vínculo algum com o projeto e nem com as empresas que viessem a se instalar no distrito industrial:

A futura condição de pólo microrregional que se supõe para o núcleo, invoca-lhe um caráter inegável de cidade aberta a todos que a procurem, como condição, ao contrário que se pensa, da qualidade. O projeto das áreas sociais foi elaborado sobre um programa de atividades abertas, alternativas para toda a população, tendo em vista a atenuação dos efeitos de isolamento

e da identidade de referências, atacando as relações sociais patológicas típicas destas situações. (SUDAM, 1980, p. 62)

Evidencia-se, dessa forma, que no aspecto da representação do espaço presente no PUB, Vila dos Cabanos deveria diferir da maioria das *company towns*, as quais apresentam o caráter de cidades fechadas, cujo exemplo maior na Amazônia é o núcleo urbano de Carajás, pertencente à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Ainda sobre o plano urbanístico, este não levou em consideração a população do entorno, formada pelo intenso fluxo migratório atraído pelo projeto Albras-Alunorte e pelos processos de desterritorialização e reterritorialização; “[...] acarretando uma série de mudanças no modo de vida da população local, que deixa de ser rural para ser predominantemente urbana” (AMARAL, ROCHA, SILVA E MARÇAL, 2002, p. 243). Assim, na concepção do PUB, não existiria a população marginal dos assentamentos urbanos “espontâneos”, caracterizados, entre outras coisas, pela falta de infraestrutura e pobreza de sua população:

Segundo os conceitos adotados, é contraproducente para o empreendimento ignorá-lo, sendo necessário trabalhar com a idéia de cidade aberta [...], à semelhança dos núcleos naturais, não planejados [...]. A rigor, não existe “população marginal”. Todos compõem uma população urbana única. Organicamente integrada e dinâmica, formando um terciário típico, cujo perfil se encontra em todas as cidades, inclusive em Belém e Abaetetuba. [...] evitando a segregação da população de renda mais baixa em favelas periféricas ou externas, alijadas do conjunto urbano e sua infra-estrutura básica. Todo cidadão deverá ter acesso a um lote residencial cuja distribuição, localização e nível de infraestrutura são definidos em função de critérios estabelecidos em projeto [...], a partir das análises realizadas. (SUDAM, 1980, p. 71-72)

Todavia, na paisagem atual, é denunciada a segregação tanto interna do núcleo como externa a ele, demonstrada pelo padrão de distribuição das habitações conforme o cargo que ocupa o

funcionário e seu estado civil, bem como através dos assentamentos do entorno, tais como os bairros Pioneiro e Laranjal.

Percebe-se, dessa forma, que há uma discrepância entre a representação do espaço e a prática espacial, uma vez que o PUB pretendia “corrigir” a desigualdade social que se reflete no espaço. No entanto, como o modo de produção capitalista conseguiria sobreviver sem as relações desiguais? A inexistência do entorno seria praticamente impossível, pois dentro da divisão econômica e social do espaço ele tem a função de alocar a população desapropriada e os migrantes atraídos pelo empreendimento, funcionando como lócus da mão-de-obra móvel, semi-qualificada e/ou desqualificada.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas reflexões acima, fenômenos, eventos ou processos, sejam eles econômicos, políticos ou sociais são localizados no tempo e no espaço, entretanto, suas raízes podem estar em períodos anteriores ao seu acontecimento, assim como seus reflexos podem se estender e se refletir em períodos posteriores ao seu desencadeamento.

Dessa forma, é importante deixar claro que os espaços não são sistemas fechados *per se*, pois por menores que sejam os lugares irão ser influenciados por processos que tem início em outros, de menor, de igual ou de maior tamanho (SANTOS, 1996b). O entendimento dessas questões nos permite compreender, por exemplo, como a reestruturação do capital vem alterando os modelos de produção, com reflexos nas mais diferentes escalas.

A passagem do modelo de produção fordista-keynesiano ocorreu de maneira bastante conflituosa, uma vez que as relações entre patrões e empregados estavam cada vez mais desgastadas pelas crises geradas decorrentes da própria estrutura interna do capital, resultando em um modelo de regulação tutelado pelo Estado. Todavia, as constantes crises e a crescente concorrência geraram a necessidade de implementação de um modelo de produção mais flexível que, entre outras coisas, foi viabilizado pela maior fluidez no

espaço proporcionada pelos instrumentos da comunicação e da circulação. Merecem destaque aqueles ligados às engenharias, telecomunicações e transportes, que proporcionam o deslocamento de grande quantidade de energia elétrica, processam dados e informações mais rápidos e encurtam o tempo e as distâncias.

É dentro dessa conjuntura que o Brasil passa a promover sua industrialização e a ocupação recente da Amazônia através do estabelecimento de grandes projetos de produção minero-metalúrgica, utilizando-se de estratégias para atrair o grande capital internacional, a saber: construção de infra-estrutura, planos de desenvolvimento financiados por países e/ou organizações multilaterais, incentivos fiscais e creditícios etc.

Entre a infra-estrutura construída encontra-se a *company town* de Vila dos Cabanos, edificada para servir de base logística do projeto Albras-Alunorte, produção de alumínio e alumina. Pensada sobre a concepção de "cidade aberta", verifica-se que na prática sua implementação como tal não ocorreu, já que somente os funcionários das fábricas Albras e Alunorte poderiam ocupar o núcleo, assim como os funcionários das empresas de apoio técnico e das empresas que deveriam se instalar com o distrito industrial.

Na paisagem de Vila dos Cabanos é denunciada a discrepância entre o que foi planejado e o que foi executado. O plano urbanístico previa uma cidade construída para 70.000 habitantes, porém o núcleo hoje apresenta um contingente populacional de cerca de 10.000 pessoas residindo. Dois fatores podem ser elencados para explicar tal situação: o primeiro diz respeito ao fato de que a cidade-empresa foi implantada de acordo com as necessidades de funcionamento e consolidação das principais empresas envolvidas, dessa forma, verificam-se setores inacabados e até mesmo abandonados; o segundo está relacionado às exigências da CODEBAR para que houvesse a construção de novas residências e a própria condição sócio-econômica da população que ocupa a área de influência do projeto (TRINDADE JR. e CHAGAS, 2002).

Nesse sentido, Trindade Jr. e Chagas (2002), afirmam que a demanda para a ocupação efetiva da cidade-empresa tal como

prevista no PUB existe, já que se encontram no entorno da mesma os assentamentos “espontâneos”, onde a infra-estrutura é inexistente ou insuficiente, mas que não atende diretamente aos interesses das empresas para as quais foi concebido o plano urbanístico.

Encerrando nossa análise, percebe-se que tanto o projeto Albras-Alunorte como a *company town* de Vila dos Cabanos constituem-se em enclaves, uma vez que não conseguiram promover o desenvolvimento proposto, sendo Vila dos Cabanos usada muito mais como base logística de um empreendimento cujas relações são mais fortes no nível extra local do que no próprio município sede, destacando-se o seu uso como instrumento de dominação e repressão dos empregados que não seguem aos padrões de comportamentos impostos pela empresa.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Márcio D. B.; ROCHA, Luciano A. da; SILVA, Marcos A. da et al. A outra face da cidade-empresa: os assentamentos urbanos na área de influência do projeto Albras-Alunorte. In: Trindade Jr. Saint-Clair Cordeiro da; ROCHA, Gilberto de Miranda (Org.). **Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local**. Belém: Paka-Tatu, 2002. 237-271.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia: a fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira. In: AUBERTIN, Catherine (Org.). **Fronteira**. Brasília. UNB, 1988. p. 60-89.

_____. **Amazônia**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997, 112p. (Série Princípios, 192).

BENATTI, José Heder. Carajás: desenvolvimento ou destruição? In: COELHO, Maria Célia Nunes; COTA, Raimundo Garcia (Org.). **10 anos da Estrada de Ferro Carajás**. Belém: UFPA/NAEA, 1997. P. 79-105.

- CHAGAS, Clay Anderson Nunes. Vila dos Cabanos: representação do espaço e práticas espaciais de uma *company town* na Amazônia. Belém, 1999. Monografia (Licenciatura plena e Bacharelado em Geografia)– Colegiado de Geografia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ática, 1994, 96p. (Série Princípios, 168).
- _____. **O espaço urbano**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995, 96p. (Série Princípios, 174).
- FONTES, Edilza. O peão de trecho e o peão de casa: a identidade operária entre os trabalhadores da construção civil de Barcarena no canteiro de obras da ALBRS/ALUNORTE. In: MAGALHÃES, Sônia Barbosa et al (Org.). **Energia na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1996. p. 335 – 348.
- GIDDENS, Anthony. Introdução. In: _____. **As conseqüências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991. p. 11-60.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução de A. U. Sobral e M. S. Gonçalves. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2000, 349p. Título original: *The condition of postmodernity: an enquiry into the cultural change*.
- HAESBAERT, Rogério. Escalas espaço-temporais. In: _____. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002, 186p.
- LACOSTE, Yves. **Geografia do subdesenvolvimento**: geopolítica de uma crise. Tradução de Eduardo de A. Navarro e Wilson dos Santos. 7. ed. São Paulo: DIFEL, 1985, 335p.
- LEFEBVRE, Henry. Industrialização e urbanização. Noções preliminares. In: _____. **O direito a cidade**. Tradução de R. E. Frias. São Paulo: Moraes, 1991, 145p. Título original: *Lê droit à la ville*.
- LIPIETZ, Alain. **Audácia**: uma alternativa para o século XXI. Tradução de Estela do S. Abreu. São Paulo: Nobel, 1991, 238p. Título original: *Choisir l'audace: une alternative pour lê XX siècle*.
- LÔBO, Marco Aurélio Arbage. **Estado capital e transnacional na Amazônia**: o caso Albrás-Alunorte. Belém: UFPA/NAEA, 1996.

- PIQUET, Rosélia. **Cidade-Empresa**: presença na paisagem urbana brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- RIO, Gisela Aquino Pires. Relação espaço-indústria: a localização de plantas de alumínio na Amazônia. In: MAGALHÃES, Sônia Barbosa et ali (Org.). **Energia na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, v. II, 1996. p. 825-834.
- NAMPAIO JR. Plínio de Arruda. **Entre a nação e a barbárie**: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, 254 p.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000, 176p.
- _____. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994 (col. Geografia: Teoria e Realidade, 25).
- _____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: 4. ed., Hucitec, 1996 (col. Geografia: Teoria e Realidade, 16).
- SILVA, Claudete de Castro. Desenvolvimento econômico, modelo federativo e município no Brasil: análise de estratégias de desenvolvimento econômico local nas gestões municipais de Ribeirão Preto (SP) na década de 90. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade São Paulo.
- SUDAM, **Plano Urbanístico de Barcarena**. São Paulo: Guedes e associados, 1980. v. II.
- TARCITANO NETO, Frederico. A divisão internacional do trabalho e a nova indústria do alumínio na Amazônia. In: CASTRO, Edna et al (Org.). **Industrialização e grandes projetos**: desorganização e reorganização do espaço. Belém: Gráfica e Editora UFPA, 1995. p. 71-87.
- TRINDADE JR. Saint-Clair Cordeiro da; CHAGAS, Clay Anderson Nunes. A company town do alumínio: concepção e práticas espaciais. In: Trindade Jr. Saint-Clair Cordeiro da; ROCHA, Gilberto de Miranda (Org.). **Cidade e empresa na Amazônia**:

gestão do território e desenvolvimento local. Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 195-235.

NOTAS

¹ De maneira sintética, a escola regulacionista visa desenvolver uma atualização da economia política marxista. Para isso, os regulacionistas se utilizam de outros "paradigmas" teóricos como Keynesianismo; assim, há uma mediatização do marxismo clássico e a construção de novos conceitos que ultrapassam o monetarismo despolitizado (LIPIETZ, 1991, p. 6-7).

² O modo de regulação pode ser definido como as formas e os instrumentos utilizados com fito de se realizar a combinação de comportamentos conflituosos dos indivíduos [operários e patrões, neste trabalho] aos princípios coletivos do regime de acumulação. Essas formas podem ser públicas, privadas e em alguns casos semipúblicas, como no caso da previdência social francesa (cf. Lipietz, 1991, p. 28).

³ Concebido para ser um projeto de desenvolvimento integrado gerido pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), o PGC representou a combinação de projetos já existentes e de projetos novos, a saber: projetos Trombetas, Ferro Carajás, Alumar, Albras, Alunorte e usina hidrelétrica de Tucuruí.

⁴ Na Amazônia, primeiramente se verificou o surgimento de uma rede urbana dendrítica, caracterizada pelo seu aparecimento no período colonial, criação de uma cidade primaz que se constitui no centro econômico e político da região, excessivo número de pequenos centros e ausência de centros intermediários ligados por pequenas distâncias. Com o passar do tempo, e a dinâmica econômica que a região passa a apresentar, ela deixou de ser dendrítica a se transformou em complexa, possuindo as seguintes características: é resposta de vários processos, dotados de lógicas próprias pertencentes a cada atividade e, por isso, com localizações específicas visando a maximização dos lucros; desigualdade espacial, onde se encontra um centro metropolitano apresentando economias de aglomeração que facilita a concentração urbano industrial e um setor de menor densidade urbana (CORRÊA, 1994).

⁵ *Aluminium Company of América (ALCOA), Aluminium Limited of Canadá (ALCAN), Reynolds, Kaiser, Swiss Aluminium Limited (ALUSUISSE) e Pechiney.*

Recebido para publicação em 30 de abril de 2004.

Aceito para publicação em 20 de novembro de 2004.